

EDP Ventures Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

EDP VENTURES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	64	702
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	5	
Outros tributos compensáveis	5	60	17
Total do Ativo Circulante		129	719
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	15.514	2.500
Empréstimos a receber	9	14.218	14.689
		29.732	17.189
Investimentos	12		22.447
		-	22.447
Total do Ativo Não circulante		29.732	39.636
TOTAL DO ATIVO		29.861	40.355
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	10	65	79
Outros tributos a recolher	5	47	41
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	508	461
Outras contas a pagar		35	36
Total do Passivo Circulante		655	617
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	6.250	1.400
Provisão para passivo a descoberto	12.1		4.032
Outras contas a pagar		97	127
Total do Passivo Não circulante		6.347	5.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	52.156	40.656
Prejuízos acumulados		(29.297)	(6.477)
Total do Patrimônio líquido		22.859	34.179
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		29.861	40.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas e Receitas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	14	(3.180)	(2.371)
Ganho na alienação de investimento	12	(13.079)	
Outras despesas	14	(2.077)	
		<u>(18.336)</u>	<u>(2.371)</u>
Resultado das participações societárias		<u>(5.336)</u>	<u>(1.703)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>(23.672)</u>	<u>(4.074)</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		1.088	895
Despesas financeiras		(236)	(373)
		<u>852</u>	<u>522</u>
Prejuízo do exercício		<u>(22.820)</u>	<u>(3.552)</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(3,51023)	(0,54638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(22.820)	(3.552)
Resultado abrangente do exercício	<u>(22.820)</u>	<u>(3.552)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.201	(2.925)	19.276
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	18.455		18.455
Prejuízo do exercício		(3.552)	(3.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.656	(6.477)	34.179
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.656	(6.477)	34.179
Aumento de capital - AGOE de 28/04/2023	11.500		11.500
Prejuízo do exercício		(22.820)	(22.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.156	(29.297)	22.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(22.820)	(3.552)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		15.155	
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(607)	(439)
Resultado de participações societárias		5.336	1.703
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2)	(1)
		<u>(2.938)</u>	<u>(2.289)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(60)	(16)
		<u>(60)</u>	<u>(16)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(14)	(3)
Outros tributos a recolher		20	4
Obrigações Sociais e Trabalhistas		47	
Outros passivos operacionais		(30)	147
		<u>23</u>	<u>148</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.975)</u>	<u>(2.157)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(7.413)	
Empréstimos a receber		(6.600)	(1.537)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(14.013)</u>	<u>(1.537)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.350	1.400
Aumento de capital social		5.000	2.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	19.1	<u>16.350</u>	<u>3.400</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(638)</u>	<u>(294)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		64	702
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		702	996
		<u>(638)</u>	<u>(294)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2023	2022
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(15.456)</u>	<u>(246)</u>
Custos da energia comprada		
Serviços de terceiros	(244)	(131)
Outros custos operacionais	(15.212)	(115)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(15.456)</u>	<u>(246)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.142	938
Resultado da equivalência patrimonial	(5.336)	(1.703)
Valor adicionado total a distribuir	<u>(19.650)</u>	<u>(1.011)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.285	1.764
Benefícios	161	96
FGTS	191	82
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	297	226
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	236	373
	<u>3.170</u>	<u>2.541</u>
Prejuízo do exercício	<u>(22.820)</u>	<u>(3.552)</u>
	<u>(19.650)</u>	<u>(1.011)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Ventures S.A. (Companhia, Controladora ou EDP Ventures) foi constituída em 14 de junho de 2018, com sua sede localizada no município de São Paulo no Estado de São Paulo. A Companhia está constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado e é controlada integral da EDP - Energias do Brasil (Controladora ou EDP - Energias do Brasil).

A Companhia tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como sócia, acionista, quotista ou consorciada, (ii) participar em negócios e empreendimentos de empresas consideradas "startups" dos mais diversos segmentos, os quais tenham como princípio a inovação, no Brasil e/ou no exterior, (iii) gerir ativos de empresas, (iv) assinar convênios e parcerias com empresas em geral para o auxílio e/ou investimento no desenvolvimento de questões ligadas a inovação, (v) executar programas e projetos de estímulo ao desenvolvimento de atividades de inovação e (vi) a prática de atos de comércio em geral, relacionados às atividades correlacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui a seguinte participação:

Empresa	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2023	
			Direta	Indireta
Serviços				
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Controlada	por equivalência patrimonial	-	40

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de abril de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Evento significativo no exercício

3.1 EDP Ventures - Alienação de 40% do capital social da Blue Sol

A Blue Sol é uma empresa que comercializa e instala placas solares *rooftop* (telhados). Em virtude da pandemia, alterações regulatórias, somada a uma restrição de créditos por instituições financeiras, teve seu negócio diretamente impactado, trazendo redução de 70% em suas vendas.

Nesta transação, a Companhia alienou os 40% da participação na Blue Sol para a Energia I pelo valor de R\$4 (quatro reais).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	64	45
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		657
Total	64	702

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 18.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	2	-	(14)	17	5
Total Circulante	-	-	2	-	(14)	17	5
Outros tributos compensáveis							
IRRF sobre aplicações financeiras	17	60	-	-	-	(17)	60
Total Circulante	17	60	-	-	-	(17)	60
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	2	54	-	(39)	(14)	-	3
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1	4	-	(3)	-	-	2
Encargos com pessoal	38	573	-	(569)	-	-	42
Total Circulante	41	631	-	(611)	(14)	-	47

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Não circulante	31/12/2022	Não circulante	31/12/2023	Receita financeira	2023
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2023 a indeterminado			6.250	1.400		
Empréstimos a receber								
Contratos de mútuo - 6,50% do IPCA								
Blue Sol	Controlada em conjunto (*)	01/01/2019 a 01/12/2023	1.903				174	193
			1.903		6.250	1.400	174	193

(*) Em Novembro de 2023 a Companhia alienou a Blue Sol (Nota 3.1).

7 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.400
AFACs - Energias do Brasil	11.350
Aumento de Capital social	(6.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.250

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

7.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2023	2022
Remuneração (a)	1.332	855
Benefícios de curto prazo (b)	46	28
Benefícios - Previdência Privada	44	-
Remuneração baseada em ações	344	-
Total	1.766	883

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Títulos e valores mobiliários - TVM

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$15.514 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a investimentos em *startups* com soluções para o mercado de energia que possam trazer valor para o grupo dentro das seguintes verticais de investimento: energia renovável, redes inteligentes, armazenamento de energia, Inovação digital (*blockchain*, *IoT*, *big data*, realidade virtual), mobilidade elétrica, descarbonização e hidrogênio verde, esses investimentos foram classificadas contabilmente como instrumentos patrimoniais, mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, por conta do modelo de negócios da Companhia, *holding* de investimentos, que visa a oportunidade de ganhos patrimoniais e potenciais sinergias tecnológicas com as empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, mas não o de controle, maturidade do investimento e obtenção de dividendos no curto prazo. Durante o exercício de 2023 houve a conversão de mútuo em participação financeira de 4 empresas, que anteriormente estavam classificadas como Empréstimos a receber (Nota 9). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém em seu portfólio participações financeiras em seis *startups*, conforme demonstrado abaixo:

Dom Rock Serviços em Tecnologia Ltda.

O montante de R\$1.000, representa a participação acionária na sociedade Dom Rock Serviços em Tecnologia Ltda., empresa inovadora *startup* que possui como modelo de negócios a prestação de consultorias e análise de desempenho, por meio de tecnologia e inteligência artificial. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 19.470 quotas, representando uma participação minoritária de 4,76% do total de quotas.

Fractal Engenharia e Sistemas S.A

O montante de R\$1.500, representa a participação acionária na sociedade Fractal Engenharia e Sistemas S.A., *startup* que desenvolveu uma plataforma tecnológica integrada para realizar o gerenciamento em tempo real dos riscos hidrológicos e controle de barragens em usinas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 50.000 ações preferenciais, representando uma participação minoritária de 10,00% do total de ações.

77 Sol Tecnologia S.A.

O montante de R\$4.375, representa a participação acionária na sociedade 77 Sol Tecnologia S.A., *startup* com modelo de negócio de *marketplace* voltado para os integradores solares, em geral pequenas empresas regionais que prestam o serviço de instalação para o cliente final, com serviços nas plataformas para os integradores de obtenção de crédito, concepção de projeto e equipamentos para a realização de projetos de solar (principalmente *rooftop*). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 3.512 ações ordinárias, representando uma participação minoritária de 7,81% do total de ações.

Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A.

O montante de R\$541, representa a participação acionária na sociedade Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A., *startup* com objetivo de desenvolver uma plataforma de gestão pública com engajamento popular, utilizada pela população para indicação e acompanhamento da resolução de problemas em vias públicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 368 ações preferenciais de categoria A, representando uma participação minoritária de 2,08% do total de ações.

Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda.

O montante de R\$2.026, representa a participação acionária na sociedade Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda., *startup* com modelo de negócio em tecnologia de *software* para viabilizar e expandir o negócio na mobilidade elétrica com plataforma de gerenciamento de eletropostos, carregamentos e pagamentos de recargas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 2.021 quotas, representando uma participação minoritária de 13,40% do total de quotas.

Delfos Energy Sociedad Ltda.

O montante de R\$6.072, representa a participação acionária na sociedade Delfos Energy Sociedad Ltda., *startup* que desenvolveu uma tecnologia com base numa plataforma de inteligência artificial para otimização e monitoramento da geração de energia renovável através da redução dos custos operacionais e aumento da eficiência das operações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 2.765 quotas, representando uma participação minoritária de 11,91% do total de quotas.

9 Empréstimos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$14.218 (R\$14.689 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a contratos de mútuo conversíveis em ações/quotas e um contrato SAFE (*Simple Agreement For Future Equity*). Todos os contratos são classificados contabilmente como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, uma vez que, apesar dos juros e demais atualizações contratuais de ambos os instrumentos, na essência, os mesmos foram obtidos pela Companhia com o objetivo de ganho patrimonial futuro, e não apenas de principal adicionado aos juros.

• **Mútuo conversível em ações**

Time Energy Indústria e Comércio Ltda.

R\$4.395 (R\$4.084 em 31 de dezembro de 2022) com vigência inicial de setembro de 2020 a março de 2024, no valor principal de R\$2.000, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda.

R\$1.600 (R\$1.957 em 31 de dezembro de 2022) com vigência inicial de dezembro de 2019 a dezembro de 2027 no valor principal de R\$1.822, atualizado somente pelo IPCA, não havendo juros remuneratórios, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A.

R\$5.125 (R\$541 em 31 de dezembro de 2022) com vigência inicial de junho de 2020 a indeterminado, no valor principal de R\$500, com juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Blue Sol Participações S.A.

Em dezembro de 2023 o saldo de R\$2.077 que tinha vigência inicial de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, no valor principal de R\$1.600, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 6,5% a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato, foi baixado para o resultado como Outras despesas (Nota 14.1) devido alienação da Blue Sol conforme nota 3.1.

Delfos Energy Sociedad Ltda.

Em setembro de 2023 o saldo R\$6.072 (R\$2.653 em 31 de dezembro de 2022), que tinha vigência inicial de dezembro de 2018 a março de 2026, e era atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato, teve o saldo convertido em participação e transferido para a rubrica de Títulos e valores mobiliários (Nota 8).

• **SAFE**

Clarke Software Development

R\$3.098 (R\$3.319 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a um contrato diferente dos demais, ocorreu um aporte inicial de R\$3.660 (US\$600) em novembro de 2021. O contrato prevê que a Companhia tenha o direito de converter o investimento em participação societária após a ocorrência de um evento específico e não há incidência de juros.

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$65 (R\$79 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços.

11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$508 (R\$461 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias,

12 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital

• **Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

• **Combinação de negócios**

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

12.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora			Saldo em 31/12/2023	% Participação Indireta 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Baixa (Nota 3.1)		
Goodwill					
Blue Sol (Nota 3.1)	22.447	-	(22.447)	-	40,00
Total	22.447	-	(22.447)	-	
Provisão para passivo a descoberto					
Blue Sol (Nota 3.1)	(4.032)	(5.336)	9.368	-	40,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(4.032)	(5.336)	9.368	-	
Total dos Investimentos	18.415	(5.336)	(13.079)	-	

12.2 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

13 Capital social

13.1 O Capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito é de R\$52.156 (R\$40.656 em 31 de dezembro de 2022), composto de 6.501.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela Controladora.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 28 de abril de 2023, o aumento do Capital social da Companhia no valor de R\$11.500, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas de titularidade da acionista EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

14 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2023			2022		
	Despesas Operacionais			Despesas Operacionais		
	Gerais e administrativas	Outras (Nota 14.1)	Total	Gerais e administrativas	Total	
Pessoal e Administradores	2.880		2.880	2.125		2.125
Serviços de terceiros	244		244	131		131
Outras	56	2.077	2.133	115		115
Total	3.180	2.077	5.257	2.371		2.371

14.1 Outras

Refere-se à baixa do mútuo com a Blue Sol devido a alienação (Nota 3.1).

15 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	238	93
Contratos de mútuo		174	193
Juros e multa sobre tributos	5	2	1
Outros juros e variações monetárias			32
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(54)	(43)
Outras receitas financeiras		728	619
		<u>1.088</u>	<u>895</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos		(222)	(373)
Outras despesas financeiras		(14)	
		<u>(236)</u>	<u>(373)</u>
Total		<u>852</u>	<u>522</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(22.820)	(3.552)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	7.759	1.208
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		(579)
Resultados de equivalência patrimonial		
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(6.914)	(544)
Outras	(845)	(85)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

17 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(22.820)	(3.552)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	6.501	6.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>(3,51023)</u>	<u>(0,54638)</u>

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

18.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2		657		657
Empréstimos a receber	9	Nível 2	14.218	14.689	14.218	14.689
Títulos e valores mobiliários	8	Nível 2	15.514	2.500	15.514	2.500
			<u>29.732</u>	<u>17.846</u>	<u>29.732</u>	<u>17.846</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	64	45	64	45
Total			<u>29.796</u>	<u>17.891</u>	<u>29.796</u>	<u>17.891</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	10	Nível 2	65	79	65	79
Total			<u>65</u>	<u>79</u>	<u>65</u>	<u>79</u>

18.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção do ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

18.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

18.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Clientes diferem do seu valor contábil.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

18.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

18.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições a variação cambial e juros atreladas à dívidas em moeda estrangeira.

18.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável				
			Até 1 ano	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Títulos e valores mobiliários	CDI	15.514	742	199	402	(195)	385
Instrumentos financeiros ativos	CDI	15.514	742	199	402	(195)	385

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 8,0% e 11,7% a.a.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2023 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023		31/12/2022
	Até 1 mês	Total	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	65	65	79
	65	65	79

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$526 (R\$102 positivo em 31 de dezembro de 2022). O CCL negativo deve-se, principalmente, ao modelo de negócio empregado. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo e, se necessário, pode contar ainda com aportes de capital de sua controladora.

18.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

18.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(64)	(702)
(-) Títulos e valores mobiliários	(15.514)	(2.500)
Dívida líquida	(15.578)	(3.202)
Total do Patrimônio Líquido	22.859	34.179
Total do capital	7.281	30.977
Índice de alavancagem financeira - %	-213,95%	-10,34%

19 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

19.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	1.400	11.350 (6.500)	6.250
Capital social	13.1	40.656	5.000 6.500	52.156
		42.056	16.350 -	58.406
2022				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		16.455	1.400 (16.455)	1.400
Capital social		22.201	2.000 16.455	40.656
		38.656	3.400 -	42.056

19.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento envolveram movimentação de caixa e, portanto, estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

No exercício de 2023, houve o valor de R\$6.500 (R\$16.455 em 31 de dezembro de 2022) relacionado Aumento de capital com integralização de AFAC.

20 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2023		31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	383	587	970	1.205
	383	587	970	1.205

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023		31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	371	630	1.001	1.225
	371	630	1.001	1.225

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	1.875	(*)	1.778	(*)

(*) Na Companhia, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$21.500.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Paula Garrido de Pina Marques
Presidente

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Luis Filipe Ferreira Manuel
Conselheiro

Frederico Miguel Simões Tomé de Bilelo Gonçalves
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Diogo Franzon Baraban
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Carla Renata Baptista
Contadora - CRC 1SP328362/O-5